

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.351 - PB (2019/0012015-9)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**RECORRIDO : SINDICATO DOS TRAB NO SERV PUBLICO FEDERAL DO EST DO CEARASINTSEF**  
**ADVOGADO : PAULO GUEDES PEREIRA - PB006857**  
**RECORRIDO : SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**  
**ADVOGADO : FRANCISCO DAS CHAGAS BATISTA LEITE - PB011806**  
**RECORRIDO : ANTONIO BERTO MACHADO**  
**RECORRIDO : CARLOS DE OLIVEIRA GALVAO**  
**RECORRIDO : GELFA DE MARIA COSTA AGUIAR**  
**RECORRIDO : HAZENCLEVE FREIRE DE MEDEIROS**  
**RECORRIDO : JOSINALDO PEREIRA LEITE**  
**RECORRIDO : JOSIVANDA PALMEIRA GOMES**  
**RECORRIDO : JUAREZ PAZ PEDROZA**  
**RECORRIDO : NIEDJA MAIA GOIS**  
**RECORRIDO : PAULO DE FREITAS MONTEIRO**  
**ADVOGADOS : PAULO GUEDES PEREIRA E OUTRO(S) - PB006857**  
**FRANCISCO DAS CHAGAS BATISTA LEITE - PB011806**

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Universidade Federal da Paraíba - UFPB, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 267-268):

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. LIQUIDAÇÃO DOS REQUISITÓRIOS. CONSUMAÇÃO DO PAGAMENTO. RECURSO PENDENTE DE JULGAMENTO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. ART, 794, INC. I DO CPC. POSSIBILIDADE.

1. A sentença apelada que extinguiu a execução ante o cumprimento integral da obrigação, foi proferida na pendência de recurso, ao qual não se atribuiu efeito suspensivo, que impugnou decisão que fixava a data da nova conta como termo final para incidência de juros de mora.

2. Na decisão agravada, o Juízo de Primeiro Grau entendeu que deveria ser imputada à UFPB a demora na liquidação do julgado, em razão de ter impugnado os novos cálculos elaborados pela Contadoria Judicial em consonância com o que restou decidido na sentença dos embargos à execução transitada em julgado.

3. A UFPB se insurge contra a sentença extintiva, alegando sua nulidade, tendo em vista remanescer discussão sobre o valor efetivamente devido. Afirma que o feito deveria ficar sobrestado até a prolação de decisão

# *Superior Tribunal de Justiça*

definitivas instâncias superiores.

4. Tal argumento não merece prosperar, pois, considerando que não foi dado efeito suspensivo ao referido agravo de instrumento e havendo sido liquidados os requisitos de pagamento para satisfação do crédito, o processo deve prosseguir até decisão final que extingue a execução com fundamento no art. 794, I, do CPC.

5. Na eventualidade de provimento do recurso da executada pelas Cortes Superiores, ter-se-á a perda de eficácia parcial da sentença extintiva que reconheceu a extinção da obrigação, pois o pagamento terá ocorrido a maior, subsistindo a pretensão do executado de reaver dos exequentes o excesso. Caso os recursos pendentes restem improvidos, a eficácia da sentença extintiva não estará subordinada a qualquer condição.

6. Apelação improvida.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 288-294).

Alega a recorrente, em síntese, ofensa ao art. 794, I, do CPC/1973, por ter sido proferida sentença extintiva da execução antes do trânsito em julgado do Agravo de Instrumento n. 0804658-33.2015.4.05.0000, interposto em face da discordância com os cálculos judiciais.

Argumenta que o processo deveria ser sobrestado para aguardar o julgamento definitivo desse recurso, ante a possibilidade de haver valores pagos a maior.

É o relatório.

Observa-se que o Recurso Especial n. 1.611.652, interposto contra o acórdão proferido no Agravo de Instrumento n. 0804658-33.2015.4.05.0000, foi julgado improcedente, tendo a decisão transitado em julgado em 17/10/2016.

Assim, como o trânsito em julgado em questão foi anterior à propositura do presente recurso, em 11/5/2018, urge reconhecer a ausência de interesse recursal, ante a falta de utilidade do provimento judicial pleiteado.

Com efeito, mesmo que se reconhecesse na presente demanda que não seria possível a extinção da execução anteriormente ao julgamento definitivo do agravo de instrumento no qual ainda se discutiam os cálculos da execução, tal decisão não traria qualquer benefício à recorrente ante a manutenção dos cálculos que embasaram a expedição das requisições de pagamento.

Nesse sentido, com adaptações:

**PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE SOBRESTAMENTO. DECISÃO NO MESMO SENTIDO DO OBJETO DO RECURSO. INTERESSE RECURSAL. AUSÊNCIA.**

1. A decisão agravada foi exatamente ao encontro do ora postulado pelo agravante, ao determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que aguardem o julgamento do Recurso Extraordinário n. 870.947/SE (Tema n. 810 - RG) pelo Supremo Tribunal Federal.

2. Ausente pressuposto intrínseco do direito de recorrer - interesse recursal, não se vislumbra a utilidade na interposição do presente agravo.

3. Agravo interno não conhecido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

(AgInt no AREsp 1.416.227/RJ, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 9/5/2019, DJe 6/6/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. JUROS EFETIVOS. ANATOCISMO. SÚMULA 283/STF. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. IRRESIGNAÇÃO DA SEGURADORA. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. A pretensão deduzida no recurso especial da Caixa Econômica Federal (e-STJ, fls. 792-804) não resulta em proveito à seguradora, porquanto o que se discute é a legalidade da taxa de juros no contrato de mútuo e a intimação do devedor quanto à realização do leilão.

2. Por conseguinte, diante da ausência de qualquer proveito, consubstanciado no binômio necessidade-utilidade, no tocante às alegações feitas pela CEF, no recurso especial, a hipótese é de absoluta falta de interesse recursal, em virtude da inutilidade da irresignação.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no REsp 1.725.484/PE, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 5/6/2018, DJe 15/6/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932,III, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator